

Investigação-ação no bairro da Torre, em Loures

Daniel A. Lobo^a

Resumo

Este ensaio pretende analisar e refletir sobre uma intervenção de investigação-ação desenvolvida pelo Grupo de Estudos Sócio-Territoriais Urbanos e de Ação Local (GESTUAL) da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL), num bairro precário em Camarate, Loures – o bairro da Torre. Com enfoque na higiene urbana, esta intervenção é apresentada como alternativa ao modelo hegemónico de intervenção, tendo em conta o contexto de enfraquecimento do Estado e a noção de sociedade de risco. Faz-se também uma leitura da referida intervenção à luz do conceito de autogestão (o termo original em francês é *autogestion*) na linha de Lefebvre. Apresentam-se assim novos olhares sobre esta temática e reflete-se sobre os impactos da intervenção referida.

Palavras-Chave

Investigação-ação; Enfraquecimento do Estado; Sociedade de risco; Autogestão.

Abstract

This essay intends to analyze and reflect on an action-research intervention developed by the Urban Socio-Territorial Studies and Local Action Group (GESTUAL), Faculty of Architecture, University of Lisbon (FAUL), in a precarious neighborhood in Camarate, Loures, called Torre. With a focus on urban hygiene, this intervention is presented as an alternative to the hegemonic model of intervention, taking into account the context of the wearing down of welfare state and the notion of risk society. This intervention is also read in the light of the concept of self-management (the original term in french is *autogestion*), following Lefebvre's line of thought on the subject. Thus, a new take on this subject is presented and a critical reflection is done on the impacts of the referred intervention.

Keywords

Action-research; Wearing down of welfare state; Risk society; Self-management.

Introdução

Com a afluência de (i)migrantes à Área Metropolitana de Lisboa, e a falta de respostas públicas habitacionais e de gestão do território, têm proliferado fenómenos como os bairros precários¹. No novo milénio, tem-se assistido a uma passagem entre uma ação do Estado de tábula rasa e periferização dos habitantes destes bairros para uma atitude mais integradora ao nível do direito do uso do solo e de intervenções de requalificação urbana. No entanto, apesar dos vários regimes jurídicos e programas de promoção pública, Portugal continua sem uma Lei de Bases para a habitação e vários bairros precários persistem há várias décadas em grave situação de habitabilidade, de exclusão sócio espacial e de atropelo de direitos como se verifica na limitação e/ou exclusão de acesso a bens essenciais.

Este artigo reflete, à luz de duas das dimensões mais determinantes do contexto de crise que vivemos - o enfraquecimento do Estado e a noção de sociedade de risco (Castells, Caraça e Cardoso, 2012) -, sobre uma alternativa de investigação-ação que colabora de modo complementar com a intervenção pública num bairro precário e empobrecido em Camarate, o bairro da Torre. Esta análise foca-se num dos temas da investigação-ação em curso, a higiene urbana, tendo-se seguido uma metodologia intervencionista através de observação participante, visando encontrar formas de melhorar as condições de vida dos moradores do referido bairro e identificar alguns dos principais obstáculos à mudança dessas condições. Pretende-se neste texto mostrar se e de que modo esta alternativa de investigação-ação contribuiu para contrariar o enfraquecimento do Estado, para empoderar a ação

^a Membro colaborador do GESTUAL – Grupo de Estudos Sócio-Territoriais e de Ação Local do CIAUD – Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da FA-ULisboa. Doutorando em urbanismo na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (bolsa de doutoramento da Universidade de Lisboa).

¹ Refiro-me aos bairros em que predominam condições de habitabilidade precárias ou desadequadas (incluindo a falta da segurança de ocupação legal da propriedade; precariedade da habitabilidade, quanto a questões como a segurança estrutural da habitação, a salubridade e higiene, o conforto proporcionado pela proteção aos elementos da natureza e ruídos; e limitação e/ou exclusão de acesso a bens essenciais como infraestruturas básicas).

cívica cidadã, para estimular a criação de uma rede de atores locais e se aproximar do ideal democrático da autogestão na linha de Lefebvre (1968).

O artigo é organizado em duas partes, uma primeira onde se exploram os temas que constituem a base teórica (enfraquecimento do Estado, sociedade de risco e autogestão) e uma segunda onde se expõe o exemplo empírico (investigação-ação em torno da higiene urbana no bairro da Torre) e sobre o qual se reflete através da base teórica.

1. Sobre o enfraquecimento do Estado

São muitas as evidências do enfraquecimento do Estado Providência e dos atuais regimes democráticos representativos, bem como da sua gradual subjugação aos interesses económicos e políticos partilhados pelos grupos dominantes com prejuízo da maioria das pessoas, em particular das mais vulneráveis (Hamel, Lustiger-Thaler e Mayer, 2000, p. 153), como é o caso dos moradores do bairro da Torre. Nas últimas décadas, a influência ao nível nacional dos processos de globalização, em particular os do capital financeiro, a dualização dos mercados de trabalho, que levaram ao aumento dos empregos informais e precários, e a mudança nas políticas sociais, aumentou o número de pessoas sem-abrigo e pessoas a viver em condições de elevada precariedade nas maiores cidades de hoje (Hamel *et al.*, 2000, p. 145). Estes e outros processos de globalização têm sido apontados como as principais causas de exclusão sócio-espacial em grandes áreas urbanas (Dangschat, 1995; Huster, 1997).

O velho institucionalismo baseado na territorialização tem estado num processo de colapso, devido à crescente interconexão global ao nível micro-social, económico, político e cultural (Purza e Ferreira, 2002, p.12). Este fenómeno tem criado densas e complexas redes entre Estados, organizações intergovernamentais, regiões e empresas multinacionais, que marginalizam a participação efetiva dos cidadãos (Martin, 1997 e Teeple, 1995, citados por Hamel *et al.*, 2000, p.153).

Sociedade de risco

Na introdução ao livro *Risk Society* (Beck, 1992), Scott Lash e Brian Wynne (1992) referiram-se ao debate pluralista e crítico do final do século XX sobre os paradigmas dominantes em torno dos riscos da sociedade moderna tecnológica. Esta discussão centrava-se no instrumentalismo e re-

ducionismo destes discursos, em que outras formas de experiência e conhecimento para além do científico-técnico-especialista só se integrava no seu enquadramento modernista ‘racional’ como se de um consentimento tácito se tratasse. Para Lash e Wynne (1992), apesar da força crítica de toda a atividade intelectual em torno do assunto, os riscos continuavam a ser definidos como “probabilidades de prejuízo físico devido a certos processos tecnológicos ou outros” (Beck, 1992, p.4), ou seja, dava-se primazia ao conhecimento técnico especialista na definição de agendas e delimitação dos contornos dos discursos sobre a sociedade de risco. Estes autores consideravam que a crise lenta da modernidade e da sociedade industrial, se encontrava “radicalmente e sistematicamente constringida pelo seu património cultural e idioma não-reflexivo (para não mencionar as suas formas de patronato e orientações institucionais)” (Beck, 1992, p.4).

Sobre os riscos físicos, o livro *Risk Society* tece três importantes observações:

“Primeiro, tais riscos físicos são sempre criados e efetuados nos sistemas sociais, como por exemplo por organizações e instituições que são supostamente responsáveis pela gestão e controlo da atividade arriscada. Segundo, a magnitude dos riscos físicos é, portanto, uma função direta da qualidade das relações e processos sociais. E terceiro, o risco primário, mesmo para as atividades mais tecnicamente intensivas (talvez mais especialmente para elas) é o da dependência social de instituições e atores que podem muito bem ser – e talvez sejam cada vez mais – estranhos, obscuros e inacessíveis à maioria das pessoas afetadas pelos riscos em questão” (Beck, 1992, p.4).

A principal crítica de Beck parece ser a falta de reflexividade das interações políticas e sociais, entre especialistas titulares da validação científica do conhecimento e o resto dos grupos sociais, sobre os riscos da modernidade, devido à suposição da existência de um realismo sistemático da ciência (Beck, 1992, p. 71).

Mais recentemente, Gardner refere ser também alarmante o facto de cada vez mais pessoas estarem céticas relativamente às instituições a quem se confia a gestão dos seus riscos. As ciências políticas têm identificado nos países modernos, um decréscimo de confiança cidadã nas autoridades públicas (Gardner, 2008, p.127). E o risco aqui, segundo o autor, é passarmos do ceticismo

para o cinismo, em que o respeito pelo especialista é perdido e as pessoas são levadas a desistir de procurar saber, ou a procurar informação sem sentido crítico em relação às suas fontes, por terem deixado de confiar na sua validade e por não serem capazes de a confirmar, tanta é a quantidade de informação disponível, e o folclore, ruído e confusão em que esta está envolvida, sempre suspeita de interesse próprio e deturpação (Gardner, 2008, p.128). O autor receia que isto possa estar a criar um género de preplexidade irracional e a guiar as pessoas para um medo paralizador (*Idem*). Para Gardner (2008), a informação científica e a opinião dos cientistas pode certamente ter um papel importante em como as pessoas julgam os riscos, mas a crescente divisão e distanciamento entre a opinião do especialista e a dos leigos continua a excluir o cidadão comum de uma aceção mais racional e vantajosa dos riscos a que está sujeito (argumento comum ao de Beck). No fundo, continuamos a ser uma espécie poderosamente influenciada pela mente inconsciente, e pelo que os outros pensam (Gardner, 2008).

Autogestão

A ideia de autogestão de Lefebvre vem da sua rejeição da lógica de mercantilismo e acumulação de capital, com as suas consequências destrutivas do espaço social, da vida quotidiana, e do ambiente natural (Lefebvre, 2009). Segundo Neil Brenner e Stuart Elden (2009), isto é transversal à obra de Lefebvre, que insiste nos limites das ideologias produtivistas, o que está na base da sua visão de uma alternativa que inclui: desenvolvimento em vez de crescimento; política da diferença em vez da abstração, da homogeneidade e do consumismo imposto pelo Estado e pelo mercado; e democracia radical de base popular², em vez da hegemonia da tecnocracia e da classe social dominante.

O termo autogestão, em inglês *self-management*, no contexto em que é utilizado pelo autor, refere-se a controlo popular de base, ou em inglês, *grassroots control*. De acordo com Lefebvre (2009), o princípio da autogestão não é somente um ideal que deriva do ideal democrático, mas “a cada momento, a cada oportunidade favorável que é posto em prática, é uma experiência funda-

mental do nosso tempo”³ (*id.*, p.150). O conceito de autogestão pode ser interpretado em torno da noção de “desaparecimento progressivo do Estado da tradição Marxista”⁴ (Brenner e Elden, 2009, p.12), aparecendo como uma forma de democracia direta, ou uma prática política de base. Lefebvre não considera a autogestão como uma utopia, nem como uma estratégia política, mas como um elemento essencial dessa estratégia, sem o qual o resto de nada valeria. Nas palavras do autor:

*“O conceito de autogestão, hoje, é a abertura para o possível. É simultaneamente o caminho a seguir e o destino último, a força que pode carregar o peso colossal que pesa sobre a sociedade, e que o pode superar. Ele mostra a forma prática de mudar a vida, que permanece como a palavra-chave, o objetivo, e o significado de uma revolução. Somente através da autogestão podem os membros de uma associação livre tomar controlo sobre as suas próprias vidas, de tal forma que se torna o seu trabalho/obra. Isto também é chamado de apropriação, inalienação.”*⁵ (Lefebvre, 2009, p.150).

Para Lefebvre, a existência de uma rede - a que chama de “*network of agencies of autogestion*” (2009, p.150) - é fundamental para evitar a transferência de poder para os agentes de gestão económica, evitando o risco de manipulação das populações por parte dos tecnocratas e programadores de máquinas, assim como para haver a possibilidade de superar a democracia política e realizar as possibilidades da autogestão. Segundo o autor, “cada vez que um grupo social (geralmente os trabalhadores produtivos) recusa aceitar passivamente as suas condições de existência, de vida ou de sobrevivência, cada vez que esse grupo se obriga a não só compreender, mas dominar as suas próprias condições de existência, a autogestão está a ocorrer”⁶ (Lefebvre, 2009, p.135).

Segundo Neil Brenner e Stuart Elden, “Lefebvre promove a autogestão menos como um quadro institucional pós-capitalista totalmente formado do que uma orientação política através da qual vários setores da vida social – desde fábricas, universidades e associações políticas a unidades territoriais, como municípios e regiões – podem

² Tradução livre do autor do original: “*radical grassroots democracy*”

³ Tradução livre do autor do original: “*at every moment, at every favorable opportunity it enters into practice, is a fundamental experience of our age.*”

⁴ Tradução livre do autor do original: “*withering away of the state from the Marxist tradition*”

⁵ Tradução livre do autor do original: “*The concept of autogestion, today, is the opening toward the possible. It is both the way forward and the endpoint, the force that can bear the colossal load weighing on society, and which can overcome it. It shows the practical way to change life, which remains the watchword, the goal, and the meaning of a revolution. Only through autogestion can the members of a free association take control over their own life, in such a way that it becomes their work [oeuvre]. This is also called appropriation, de-alienation.*”

⁶ Tradução livre do autor do original: “*each time a social group (generally the productive workers) refuses to accept passively its conditions of existence, of life, or of survival, each time such a group forces itself not only to understand but to master its own conditions of existence, autogestion is occurring.*”



Imagem 1 - Multiplicação dos pães e peixes

Fonte: : Claudio Carbone, 2016

ser submetidos a novas formas de controlo político democrático de base popular e descentralizado, através dos atores sociais que são mais imediatamente apegados a eles.”⁷ (2009, p.16-17).

Face ao enfraquecimento do Estado, como uma das principais causas de exclusão sócio-espacial e da falta de participação dos cidadãos em regimes democráticos representativos, pretende-se neste texto chamar a atenção para as principais barreiras político-administrativas subjacentes aos problemas identificados no exemplo empírico que abaixo se apresenta, os quais se enquadram nos problemas de âmbito mais alargado da noção de sociedade de risco. A investigação-ação do GESTUAL pretende contribuir para responder a esses problemas segundo uma prática que se enquadra no conceito de autogestão na linha de Lefebvre, tendo em atenção noções como a apropriação, a inalienação, a democracia direta, a prática política de base e o controlo das populações sobre a própria vida evitando o risco da sua manipulação por tecnocratas.

2. O processo de investigação-ação no bairro da Torre

O bairro da Torre localiza-se na freguesia de Camarate no limite este do município de Loures, e ladeia o aeroporto Humberto Delgado no seu lado Noroeste. É um bairro precário e empobrecido, de ocupação ilegal, construído em grande parte pelos próprios moradores ao longo de mais de 50 anos. Foi alvo de demolições em 2007 e em 2011 em re-

sultado da ação de despejo prevista no Programa Especial de Realojamento (PER). Mais recentemente, em Maio de 2017, no seguimento do corte de eletricidade em Outubro de 2016 que colocou o bairro numa situação de emergência social, a Câmara Municipal de Loures realojou 13 agregados familiares e pretende realojar mais 11 em Janeiro de 2018. Atualmente reside no bairro uma população de cerca de 220 pessoas e de 53 famílias, maioritariamente de nacionalidade portuguesa, de origem africana e de etnia cigana, que vive numa situação de grave precariedade, em muito más condições de habitabilidade, com baixos níveis de escolaridade, baixos rendimentos e uma taxa de desemprego elevada.

Intervenção do GESTUAL

Em 2014, o GESTUAL iniciou um processo de colaboração com a associação de moradores do bairro da Torre – Associação Torre Amiga –, através de um projeto de investigação-ação, de experimentação metodológica e projetual. Este projeto visou uma análise sociodemográfica e das condições de habitabilidade, a identificação dos problemas e prioridades de intervenção urbanística, a identificação das patologias das habitações e a pesquisa de uma solução habitacional sustentável e adequada do ponto de vista urbanístico e das vivências locais.

Na sequência de um *workshop* internacional organizado pelo GESTUAL em Abril de 2016, para o desenvolvimento de propostas de qualificação do bairro da Torre, estreitaram-se as relações com a C.M. de Loures no sentido de melhorar a curto prazo a qualidade de vida dos moradores e a longo prazo de conceber um projeto e processo de realojamento participado *in situ* e de encontrar alternativas de financiamento. Em reunião com os moradores e técnicos municipais, em Junho de 2016, foi identificada como ação prioritária, face aos riscos de incêndio e de saúde, a problemática do lixo acumulado, especificamente, a gestão municipal dos resíduos sólidos urbanos e do entulho resultante das sucessivas demolições e despejos furtivos no bairro.

A investigação-ação inscreve-se num processo de permanente autorreflexão crítica, no âmbito do qual todos os envolvidos participam no processo de identificação de estratégias de ação e na sua execução com base num movimento sistemático de observação, reflexão e mudança. Tal processo visa o desenvolvimento individual e coletivo da população envolvida, a sua emanci-

⁷ Tradução livre do autor do original: “Lefebvre promotes autogestion less as a fully formed postcapitalist institutional framework than as a political orientation through which various sectors of social life - from factories, universities, and political associations to territorial units such as municipalities and regions - might be subjected to new forms of decentralized, grassroots democratic political control through the very social actors who are most immediately attached to them.”

pação, o aumento da capacidade de autonomia e de resolução dos seus problemas.

Higiene urbana

As visitas e diálogo das técnicas da C.M. de Loures com os moradores, combatendo o risco primário referido por Beck⁸, revelou ser um significativo avanço qualitativo na ação camarária no bairro da Torre. A sensibilidade dos atores institucionais perante a grave situação de higiene urbana descrita pelos moradores na primeira reunião de Junho antes referida suscitou o interesse da C.M. de Loures em iniciar uma ação de limpeza, com os moradores e com o apoio do GESTUAL. Este momento foi determinante, pois, contra a primazia geralmente dada ao conhecimento técnico especialista na definição da agenda de intervenção (Beck, 1992, p.4), estes atores municipais souberam perguntar, ouvir e deixar que os moradores definissem eles próprios a prioridade de intervenção, conferindo-lhes uma sensação de participação e de controlo que viria a promover entre estes um maior envolvimento e sentido de pertença e responsabilidade na ação, apesar de manterem uma certa desconfiança relativamente à administração local.

O GESTUAL apoiou a Associação de Moradores na criação de um Grupo de Moradores para o Combate ao Lixo (GMCL), constituído por oito pessoas, que serviriam de representantes do bairro perante outras entidades e de grupo de coordenação das ações locais no combate ao lixo do bairro. Graças à mediação do GESTUAL, estas ações foram realizadas em estreita articulação com a intervenção da autarquia e foram objeto de reflexão coletiva sobre o problema do lixo, visando a capacitação dos moradores. O GESTUAL serviu assim de mediador entre o GMCL e a C.M. de Loures. O processo incluiu a realização de um documento com os compromissos assumidos por estes grupos (GMCL e GESTUAL), onde se relata a história do lixo, se identificam os principais problemas e as propostas dos moradores, e se demarcam as zonas de maior concentração de resíduos do bairro (GESTUAL, 2016a). A 23 de Junho de 2016, foi realizada uma segunda reunião entre parceiros, desta vez entre o GMCL, o GESTUAL, a C.M. de Loures, os SIMAR (Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos) e a Junta de Freguesia de Camarate, Unhos e Apeiação (JFCUA), onde foi apresentado o referido documento e se estabeleceu um compromisso entre as duas principais partes envolvidas: a verificação do ambiente da C.M. de Loures compro-

meteu-se a fazer a limpeza do bairro e os moradores a combater os despejos ilegais de lixo no bairro e a manter livres de acumulação de lixo as zonas limpas pela Câmara.

A 4 de Julho de 2016, a C.M. de Loures e os SIMAR iniciaram o processo de limpeza em articulação com o GESTUAL e o GMCL. Neste processo o papel de mediador do GESTUAL permitiu aumentar o nível de confiança entre ambas as partes, e contribuiu para que o GMCL se responsabilizasse por várias ações, como o acompanhamento da intervenção de limpeza da C.M., a sensibilização e educação ambiental dos restantes moradores, ou a vigilância necessária para evitar despejos ilegais. Paralelamente à intervenção da C.M. de Loures, o GMCL e a Associação Torre Amiga, com o apoio do GESTUAL, iniciaram ações de limpeza de sua própria iniciativa, demonstrando-se empenhados em participar no processo, ainda que de forma limitada, tendo em conta a falta de ferramentas de limpeza ao seu dispor. Estas ações contribuíram para motivar a continuidade do investimento da C.M. na limpeza, o qual estava condicionado pela demonstração de vontade por parte dos moradores em manter esse investimento, através do cumprimento dos compromissos assumidos. A desconfiança entre as partes foi-se dissipando à medida que o trabalho ia sendo feito e tendo um impacto positivo.

O GESTUAL integra este processo com uma equipa de trabalho em permanência no terreno que foi apoiando na animação, mediação e facilitação da intervenção, procurando promover uma apropriação do processo atendendo ao ritmo e às capacidades dos moradores, e centrando-se principalmente na capacitação dos membros do GMCL e na resolução de eventuais dificuldades do processo. Foram realizadas reuniões regulares com o GMCL para a preparação dos trabalhos coletivos, definindo-se prioridades, objetivos, locais e datas das limpezas, ou de outras ações relacionadas. De acordo com o resultado destes encontros eram realizadas reuniões gerais de moradores onde se informava do trabalho realizado pelas várias entidades, se esclareciam dúvidas e se discutia e refletia entre todos sobre os próximos passos da intervenção, recorrendo sempre que necessário à votação, embora houvesse geralmente consenso e unanimidade nas decisões tomadas. Eram assim definidas as estratégias e prioridades, assumidos compromissos, animadas as vontades e programadas as ações de limpeza. Foram também realizadas com os moradores sessões de *brainstorming* e grupos focais para que os moradores pudessem

⁸ “[o] da dependência social de instituições e atores que podem muito bem ser – e talvez sejam cada vez mais – estranhos, obscuros e inacessíveis à maioria das pessoas afetadas pelos riscos em questão” (Beck, 1992, p.4).

encontrar soluções para os problemas que se iam identificando, nomeadamente formas de reduzir os despejos ilegais, de melhorar os cuidados dos moradores com o seu próprio lixo doméstico, de obter ferramentas de limpeza e outros recursos e apoios, e em geral, de manter o bairro limpo.

O GESTUAL com o GMCL realizou ainda ações de sensibilização e educação ambiental com as crianças para a separação de lixos, com o objetivo de demonstrar à C.M. de Loures que a instalação de um ecoponto no bairro poderia funcionar. Fez-se uma limpeza mais profunda do terreno limpo pelas máquinas da C.M. de Loures o que melhorou de forma significativa a zona de jogos das crianças, tendo-se decidido marcar nesta zona um campo de futebol, projetado e construído pelos moradores e GMCL com o apoio do GESTUAL.

As várias reuniões de ideação, planeamento e análise conjunta das ações, as próprias ações de limpeza e os seus resultados foram desencadeando um crescente interesse e participação dos moradores, um maior sentimento de controlo da sua realidade, e momentos de convívio salutar, envolvendo uma rede cada vez mais alargada de entidades (por exemplo, JFCUA, Bombeiros Voluntários, Escuteiros e Paróquia de Camarate, igreja Assembleia de Deus e duas empresas vizinhas – Alves Ribeiro e Repnunmar). Esta rede, uma “*network of agencies*” segundo Lefebvre (2009, p. 150), permitiu superar a democracia política e realizar algumas das possibilidades da autogestão, em que os moradores assumiram o controlo sobre toda a ação coletiva das limpezas, com algum apoio do GESTUAL, sem ficarem dependentes de determinado ator ou entidade. Este processo colaborativo e os seus resultados também contribuíram para a transformação da ação e da perceção sobre o bairro e sobre os moradores, dos vários atores exteriores a trabalhar no terreno, incluindo os técnicos municipais, na medida em que viam o seu trabalho correspondido, reagindo em troca com mais apoio e novos compromissos.

Estas ações reduziram gradualmente o número de despejos ilegais, os moradores foram melhorando o despejo do seu próprio lixo doméstico, foi reduzido o risco de incêndio, e as entidades envolvidas foram reagindo positivamente ao trabalho realizado. A C.M. de Loures prolongou as ações de limpeza relativamente ao que tinha sido inicialmente proposto, comprometeu-se a promover uma campanha pública de limpeza para o bairro, a evacuar as grandes acumulações de lixo, a encontrar uma forma de instalar mais contentores de lixo no bairro e a equacionar a instalação de um ecoponto. Os SIMAR

comprometeram-se a recolher o contentor de lixo sempre que fossem avisados pelo GMCL sobre a sua necessidade de recolha, o que acabou com a acumulação de lixo em torno do contentor existente. As empresas vizinhas que apoiaram com as suas máquinas e trabalhadores em várias ações coletivas de limpeza, criaram uma relação de reciprocidade com os moradores, passando estes a respeitar e reconhecer mais os seus esforços, o que levou à redução das despesas destas empresas em danos provocados pelas crianças e jovens do bairro, que anteriormente, com atos de vandalismo ou brincadeiras, lhes causavam prejuízos na ordem de milhares de euros. A redução destes danos melhorou a relação de vizinhança entre estes e tem resultado num interesse acrescido, por parte destas empresas, em prestar ao bairro um apoio continuado e de longo termo.

A partir de 30 de Julho de 2016, a vigilância do bairro aumentou significativamente, depois de quatro cidadãos de nacionalidade argelina terem sido detidos por fuga ao controlo de passaportes e invasão da pista de aterragem do aeroporto Humberto Delgado. Este evento beneficiou os moradores do bairro da Torre uma vez que a vigilância noturna mais apertada acabou com o resto dos despejos ilegais de entulho de obra que ainda se realizavam furtivamente no bairro durante a noite.

Dia 3 de Setembro de 2016, realizou-se a inauguração da campanha pública de limpeza promovida pela C.M. de Loures, SIMAR, JFCUA, GESTUAL e Associação Torre Amiga, num momento de colaboração histórico entre os moradores e estas entidades. Esta ação resultou na recolha de uma parte significativa dos resíduos presentes no terreno público do bairro, único terreno onde a C.M. pôde intervir.

Até à data foi retirada uma parte substancial dos resíduos (cerca de 1/4) e foi limpa uma área total de 40.000 m² (cerca de 18% pela C.M. de Loures; cerca de 5% pela JFCAU e o resto por moradores, empresas e escuteiros), num investimento que ronda os 50.000 euros. Outros 10% desta área foram “limpos” por incêndios (resíduos vegetais combustíveis). No entanto, ainda permanecem cerca de 3.000 m³ de resíduos no bairro, espalhados por uma área de cerca de 8.000 m².

A transformação provocada pela redução dos riscos de incêndio, a melhoria da imagem e condições de higiene do bairro, e a colaboração ativa de uma parte significativa dos moradores durante o processo viria a ter um efeito multiplicador de melhoramento do estado anímico da população do bairro, da sua confiança e esperança num futuro melhor, da sua capacidade de comunicação

e relacionamento entre vizinhos e com entidades externas. Tal teve também impacto na sua autoestima e capacidade de trabalho em comunidade para o melhoramento das suas condições de vida, e de melhoramento de hábitos e comportamentos na gestão do lixo, o que beneficiou substancialmente a higiene urbana no bairro. Segundo a presidente da Associação Torre Amiga – Ricardina Cuthbert –, a limpeza foi uma oportunidade de melhoramento do comportamento dos moradores, que trouxe mais união, mais paz e mais felicidade à vida de cada um (GESTUAL, 2016b). O processo colaborativo e as melhorias na vida dos moradores permitiram-lhes adquirir maior controlo da sua própria vida.

O sucesso desta ação coletiva, ficou prejudicado pelo corte da rede elétrica do bairro em Outubro de 2016. Toda a dinâmica em curso com o processo de limpeza foi abrandando, até que os moradores deixaram de ter capacidade anímica para dar continuidade às limpezas manuais, a época de chuvas dificultou o trabalho e a limpeza acabou por parar. O corte da eletricidade bloqueou também as ações de limpeza da C.M. de Loures no bairro. Face à situação de emergência social em que os moradores ficaram, o executivo municipal decidiu apostar no seu realojamento e pressionou o Governo para acionar uma solução de realojamento urgente através do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU). Foram já realojadas treze famílias e outras onze deverão ser realojadas pela autarquia até Janeiro de 2018. Não se sabe o tempo que demorará a realojar as restantes famílias. Nesse sentido, o GESTUAL, a Associação Torre Amiga e outras entidades, defendem a continuidade das intervenções de melhoria previstas. Apesar da intervenção da Associação de moradores, com o apoio do GESTUAL e de outras entidades no levantamento da situação e na divulgação e comunicação pública das necessidades dos moradores, tem sido, todavia, difícil envolver a administração pública central e local e a sociedade civil na obtenção do apoio necessário para continuar ações de melhoramento do bairro para as famílias que aí continuam a residir. A continuação da limpeza do bairro ou a reinstalação da rede elétrica reclamadas pelos moradores, são, todavia, serviços públicos essenciais, para os quais a lei nº23/96 consagra regras em ordem à proteção do utente, de forma a restringir as situações que permitam a sua exclusão ou limitação.

À semelhança do que aqui se sugere com a descrição deste processo de investigação-ação, o livro *Risk Society* defendia que embora por vezes os cidadãos leigos não expressem a sua posi-

ção crítica de uma forma pública sobre os riscos em questão, não quer dizer que estejam alheios a eles, nem que não estejam alienados, céticos ou cronicamente desconfiados em relação às instituições responsáveis pelo controlo dos riscos. Nesta linha, os moradores do bairro da Torre parecem ter-se “resignado à dependência desse nexos institucional ou político, sem poder [...] para influenciar ou torná-lo mais responsável” (Beck, 1992, p.4). O problema poderá estar naquilo que Beck refere como o ‘cidadão dividido’, sobre o qual foi criado o projeto da sociedade industrial: um cidadão que por um lado se representa como tendo direitos democráticos, e por outro defende os seus interesses laborais, de forma que a esfera dos direitos da democracia representativa ou da participação dos cidadãos não se mistura com a esfera dos interesses, os quais não são considerados políticos (Beck, 1992, p.183).

Conclusão

Apesar do contexto de Estado enfraquecido, o caso apresentado sugere que é essencialmente na perceção do indivíduo que está a pedra angular e a fundação para a edificação de uma agenda urbana democrática e participativa. A informação e consciencialização do indivíduo, a sua mobilização e empoderamento para a ação coletiva é uma condição para ultrapassar a contradição do ‘cidadão dividido’ de Beck.

O reconhecimento do risco como uma construção cultural e da necessidade de se considerar a subjetividade na análise do risco aparece também como uma condição para a construção de cidades mais humanizadas e mais inclusivas. O estreitamento de relações entre leigos e especialistas numa base de corresponsabilidade pelos processos de análise dos riscos e co-reflexividade sobre os riscos em causa, como se descreve no exemplo empírico deste artigo, afigura ser um caminho promissor para uma maior consciência, maior representatividade e confiança e menos conformismo por parte de todos. Com o aumento da confiança mútua entre as autoridades que gerem os riscos, os especialistas e os leigos, espera-se uma melhoria das relações entre grupos sociais e instituições, combatendo assim o ceticismo e o cinismo identificado por Gardner (2008).

A autogestão, como forma de governação local democrática visa ultrapassar alguns dos obstáculos encontrados nas ações/intervenções aqui apresentadas decorrentes do processo de enfraquecimento do Estado. Neste contexto,

a intervenção colaborativa desenvolvida pelo GESTUAL no bairro da Torre, como mediador entre os moradores e a autarquia e dinamizador da interação com outros atores, assente numa auto reflexão crítica permanente, no qual todos os envolvidos participam, contribui para: (i) colmatar as falhas do Estado e a falta de proximidade entre as entidades públicas e privadas e a sociedade civil; (ii) reforçar a democracia, ensaiando ações coletivamente discutidas e decididas pelas instituições responsáveis pelo controlo dos riscos em articulação com os principais afetados; (iii) criar uma rede de colaboração e de dinâmicas coletivas de desenvolvimento, contrariando a tendência para uma sociedade cada vez mais consumista, individualista e privatizada; (iv) promover o investimento público de 50.000 euros, numa ação decidida e promovida em colaboração com os moradores; (v) melhorar o território, através do acesso facilitado a um serviço público como a recolha dos resíduos sólidos urbanos e da proteção das casas contra o risco de incêndio; (vi) legitimar o direito de habitar no bairro, através das ações de limpeza e melhoramento. Todo o processo colaborativo desencadeado no Verão de 2016 em torno da limpeza do bairro teve um efeito transformador e contribui para o empoderamento local de uma população sujeita a sérios entraves no domínio das suas próprias condições de existência, através de um maior engajamento e controlo na ação coletiva e de um maior conhecimento do seu contexto, suas causas e efeitos, num ato de reflexão na ação em que se fortaleceu a confiança mútua entre técnicos e cidadãos.

Apesar do colapso deste processo participado em torno da limpeza do bairro, com o corte do acesso à eletricidade em Outubro de 2016, provocando a deterioração das condições de vida dos habitantes da Torre, a dinâmica colaborativa não se perdeu e ganhou nova configuração com o envolvimento ativo da Paróquia de Camarate, em estreita articulação com a Associação de Moradores, o GESTUAL e a Associação Habita, na procura de uma solução para o problema da eletricidade e outros problemas que afetam a comunidade. Esta dinâmica colaborativa ganhou nova dimensão através da articulação com outros bairros da Área Metropolitana de Lisboa, com situações similares, organizados desde Janeiro de 2017 em Assembleia de Bairros e ganhando no Verão de 2017 novo protagonismo com o lançamento da Caravana pelo Direito à Habitação. Estas redes contribuem de forma ativa para o debate em curso – reforçado em Março de 2017 com a aprovação da Resolução da Assembleia da República nº 48/2017, que

visa criar “um novo programa que garanta o efetivo acesso ao direito à habitação” – de uma Lei de Bases para a Habitação (lançada pela Assembleia da República) e de uma Nova Geração de Políticas de Habitação (lançada em Novembro de 2017 pela nova Secretaria de Estado da Habitação). Também importa referir a aprovação da Resolução da Assembleia da República nº 151/2017 que “recomenda ao Governo que adote medidas para assegurar o acesso dos habitantes de bairros ou núcleos de habitações precárias a serviços e bens essenciais”, incluindo a rede de energia elétrica. Toda esta dinâmica local e mais alargada tem ajudado a colmatar necessidades locais, a atrair novos apoios técnicos, financeiros e políticos e a continuar a imaginar um futuro melhor.

Referências bibliográficas

- Beck, U. (1992), *Risk Society: Towards a New Modernity*, Londres: Sage.
- Brenner, N.; Elden, S. (2009), "Introduction - State, Space, World: Lefebvre and the Survival of Capitalism", em N. Brenner e S. Elden, *State, Space, World: Selected essays*. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 1-48.
- Castells, M.; Caraça, J.; Cardoso, G. (2012), "The Cultures of the Economic Crisis: An Introduction", em M. Castells, J. Caraça e G. Cardoso (eds.), *Aftermath: The Cultures of the Economic Crisis*, Oxford: Oxford University Press, pp. 1-14.
- Dangschat, J. (1995), "'Stadt' als ort und ursache von armut und sozialer ausgrenzung", *Aus Politik und Zeitgeschichte*, n.º 31-32, pp. 50-62.
- Gardner, D. (2008), *Risk*, Londres: Virgin Books.
- GESTUAL (2016a), *A problemática do Lixo*, Lisboa: GESTUAL/CIAUD-FAUL.
- GESTUAL (2016b), *Ata da Reunião geral de Moradores, Organização de Nova Limpeza*, Lisboa: GESTUAL/CIAUD-FAUL.
- Hamel, P.; Lustiger-Thaler, H.; Mayer, M. (eds.) (2000), *Urban Movements in a Globalising World*, Londres: Routledge.
- Huster, E. (1997), "Zentralisierung der Politik und Globalisierung der Ökonomie: Veränderungen der Rahmenbedingungen für die soziale Stadt", em W. Hanesch (ed.), *Überlebt die soziale Stadt?: Konzeption, Krise und Perspektiven kommunaler Sozialstaatlichkeit*, Berlin: Springer, pp. 57-75. Disponível em: <http://link.springer.com/openurl?genre=book&isbn=978-3-8100-1685-0> [Cons. 11/08/2017].
- Lefebvre, H. (1968), "On Self-Management", em *The Explosion: Marxism and the*

French Upheaval, Nova Iorque: Monthly Review Press.

- Martin, A. (1997), *What Does Globalization Have to Do with the Erosion of Welfare States? Sorting Out the Issues* (Working Papers), The Program for the Study of Germany and Europe, Center for European Studies, Harvard University. Disponível em: http://www.people.fas.harvard.edu/~ces/publications/docs/abs/PSGE_7_5.html [Cons. 10/08/2017].

- Pureza, J. M.; Ferreira, A. C. (eds.) (2002), *A Teia Global: Movimentos Sociais e Instituições*. Porto: Edições Afrontamento. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/globalizacao/4/4.php> [Cons. 09/09/2017].

- Royal Society for the Prevention of Accidents (1992), *Risk: analysis, perception and management*, Londres: Royal Society.

- Teeple, G. (1995), *Globalization and the decline of social reform*, Londres: Atlantic Highlands, N.J: Humanities Press.